



## ATA Nº 262 DE 06 DE MARÇO DE 2019

### COMITÊ DE INVESTIMENTOS

**Ata de reunião realizada na sede do PREVIGUABA, ao dia 06 do mês de março de 2019, as 14:30 hs.** Dado início a reunião, com a palavra a Sra. Rosana Aparecida Rodrigues Alves -Presidente do Comitê de Investimento agradece a presença de todos. Recebemos da empresa de consultoria a carta mensal que este mês de março nos trouxe exemplo real do que conhecemos na literatura de análise de investimentos, e nos cursos preparatórios a certificação, do risco de mercado externo. A definição deste risco nos traz que são ações, atitudes de outros governos, instituições de alcance mundial, ou que envolvam a geopolítica mundial que trazem volatilidades aos mercados globais ou a um mercado doméstico específico. Estamos nos referindo a ações protecionistas adotadas pelo Governo dos Estados Unidos que impuseram barreiras tributárias a determinados produtos importados por aquele país. Elas começaram a ser anunciadas no final de fevereiro e, ao longo de março passaram a ser detalhadas e melhor avaliadas pelos analistas quanto a sua dimensão e extensão pelo mundo. No caso brasileiro, o mercado de capitais, foi o mais atingido. Inicialmente, as barreiras anunciadas foram sobre o aço importado, pelos Estados Unidos, visando proteger as vendas e empregos do parque siderúrgico americano. Como algumas siderúrgicas brasileiras, com ações negociadas na B3, tem no mercado americano um grande comprador, suas cotações sofreram desvalorizações significativas assim como as cotas de fundos de investimentos com estas ações em suas carteiras. Ao longo de março foram precificados, nos ativos, a possibilidade de uma “guerra comercial global” com os países mais atingidos também buscando o caminho do protecionismo para seus segmentos econômicos e, em parte, como retaliação, a importação de produtos norte-americanos. Diante do tamanho da economia americana e sua respectiva elevada participação no total do comércio mundial, justifica a depreciação que os mercados sofreram pois, como se diz, “sabe-se quando e como uma guerra comercial se inicia, mas nunca quando e como ela termina....” Após o 12º corte seguido da Taxa SELIC seu patamar atingiu a marca de 6,5% ao ano. Este é o menor nível histórico da taxa básica de juros da economia brasileira e se encontra em perspectiva de ainda ser reduzido na próxima reunião do COPOM, diante do cenário de manutenção dos baixos valores para o IPCA (inflação). A busca da autoridade monetária é pelo chamado “juro neutro” ou “juro de equilíbrio” que é aquele nível em que a Taxa SELIC não controla nem influencia a inflação, permitindo a sua estabilidade e continuidade para que os agentes econômicos possam tomar suas decisões com mais segurança e em maiores prazos.

No mês de março o Banco Central, como autoridade monetária, utilizou um de seus instrumentos clássicos visando incrementar a atividade econômica: o depósito compulsório. Trata-se, como o nome sugere, da obrigatoriedade que um percentual dos depósitos a vista e a prazo do sistema bancário sejam retirados de circulação e depositados junto ao BC. Ao reduzir este percentual, o sistema bancário pode reduzir seus spreads, bem como ter maior volume de recursos para empréstimos. Como o crédito é um dos “combustíveis de uma economia” tal medida visa fomentar a atividade

econômica. A redução foi de 40 para 25%, o que representa uma disponibilização, a partir de Abril, de mais de R\$ 25 bilhões no sistema bancário. Acreditamos que esta medida, acrescida da política de redução de juros, leva um tempo para a sua efetiva atuação sobre o cenário macroeconômico mas, de qualquer forma, um efeito positivo para o crescimento. O término do mês de março também completa o 1º trimestre de 2018. Podemos então fazer um balanço do comportamento dos principais índices que regem os mercados financeiro e de capitais. O IBOVESPA apresentou um comportamento mais estável em relação aos demais índices de ações de outras nações. Este índice encerrou o 1º trimestre aos 85.365 pontos com uma valorização de 11,73% que, por si só já é superior a meta atuarial projetada para todo o ano quando composta pelo IPCA. Em nossa opinião, as perspectivas puramente econômicas, que sustentam o mercado acionário, permanecem válidas e as volatilidades deste índice, no curto e médio prazos, representam oportunidades de alocação de recursos com iguais perspectivas de retorno satisfatório ao longo de 2018. Continuaremos acompanhando a evolução dos mercados e dos reflexos em seus principais indicadores para nossas sugestões de realocação das carteiras bem como para uma avaliação destas. Nada mais havendo a tratar eu Vanessa da Silva Ferreira dos Santos, lavrei e assino a presente Ata juntamente com os demais presentes que assim quiseram assinar, Iguaba Grande/RJ, 06 de março de 2019.

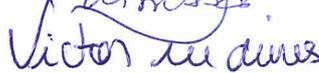
Rosana Aparecida Rodrigues Alves - Presidente do Comitê de Investimento.



Vanessa da Silva Ferreira dos Santos – Secretária



Victor Medeiros Mendes da Silva – Membro



Rogério Maia Vieira - Membro



Allan Simonaci - Membro

